

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.084  
RIO GRANDE DO SUL**

**RELATOR** : MIN. LUIZ FUX  
**REQTE.(S)** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**PROC.(A/S)(ES)** : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
**INTDO.(A/S)** : PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO  
ALEGRE  
**ADV.(A/S)** : PROCURADOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE PORTO ALEGRE

**MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. LEI 13.530/2023 DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. “DIA DO PATRIOTA”. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICO E REPUBLICANO. *FUMUS BONI IURIS*. REGIME DEMOCRÁTICO QUE SE PÕE COMO PRESSUPOSTO ÉTICO DA ATUAÇÃO DE TODOS OS PODERES DA REPÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE DISCRICIONARIEDADE LEGISLATIVA PARA A ATUAÇÃO, AINDA QUE SIMBÓLICA, CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 1º, *CAPUT*, 14, §3º E 17, *CAPUT*, DA CONSTITUIÇÃO. *PERICULUM IN MORA*. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS, INCLUSIVE ONEROSAS, DESTINADAS A FINALIDADE MANIFESTAMENTE ILEGÍTIMA. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA *AD REFERENDUM* DO**

PLENÁRIO.

**DECISÃO:** Trata-se de arguição de descumprimento de preceito fundamental, com pedido de medida cautelar, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República em face da Lei nº 13.530/2023 do Município de Porto Alegre/RS, que instituiu o dia 8 de janeiro como o “Dia do Patriota” no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município.

Como parâmetro de controle, foram indicados os artigos 1º, 3º, e 34, VII, “a”, da CF (princípios democrático e republicano), além do art. 37, caput (princípio da moralidade).

Em sede cautelar, a parte autora requer a suspensão da eficácia da mencionada lei. Argumenta, para tanto, em síntese, que o diploma tem como propósito a comemoração da “*prática de atos contrários ao Estado Democrático de Direito*”, a exaltação de “*atos criminosos*” e o “*estímulo à reiteração de condutas dessa natureza pela população do município*”, o que obviamente contariaria os preceitos fundamentais invocados como paradigmas. Aduz haver na manutenção da eficácia da norma *periculum in mora* relacionado à possibilidade de destinação de recursos públicos para fins manifestamente inconstitucionais, na forma prevista na legislação local.

É o breve relatório. **DECIDO.**

*Ab initio*, assento ser cabível a presente arguição, vez que presentes os requisitos. Em primeiro lugar, há alegação de ofensa a preceitos de especial relevância na ordem constitucional brasileira, a saber, os princípios democrático e republicano. Tem-se, a seguir, que a norma impugnada está obviamente abrangida no conceito de “ato do poder público” e, por fim, verifica-se o pressuposto da subsidiariedade, insculpido do §1º do art. 4º da Lei 9.882/1999, haja vista tratar-se de

## ADPF 1084 / RS

norma municipal insuscetível de controle pela via da ação direta de inconstitucionalidade.

Isto posto, consigno que a jurisdição constitucional presta-se a verificar a compatibilidade de leis e de atos normativos em relação à Constituição, com o objetivo precípua de resguardar a autoridade das normas constitucionais no âmbito da vida social, gerando segurança jurídica, estabilidade institucional e previsibilidade de condutas presentes e futuras dos agentes políticos e sociais.

A presente decisão tem caráter liminar e julga, *ad referendum* do Plenário do Supremo Tribunal Federal, o pedido cautelar formulado pela parte autora.

A processualística constitucional e a jurisprudência desta Corte impõem como requisitos de concessão da medida cautelar também no controle concentrado de constitucionalidade, na forma prevista no artigo 5º, *caput* e §1º, da Lei 9.882/1999, a comprovação de *fumus boni iuris* e de *periculum in mora*. O primeiro requisito exsurge a partir de evidências diretas ou indiretas que demonstrem elevada probabilidade de acolhimento futuro do direito alegado. Por sua vez, o segundo requisito consiste no perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (Vide FUX, Luiz. *Processo Civil Contemporâneo*. Editora Forense, 2019).

No presente caso, presentes os requisitos para a concessão da tutela cautelar.

Isto porque, em primeiro lugar, revela-se *prima facie* evidente que o exercício de discricionariedade legislativa do ente municipal *in casu* afronta flagrantemente os fundamentos políticos e éticos que estruturam a República Federativa do Brasil, à luz da Constituição Federal.

Com efeito, a Constituição Federal de 1988 versa a democracia como o regime político vigente no Estado Brasileiro, conforme se depreende da cláusula *mater* insculpida no parágrafo único de seu artigo 1º, segundo a qual “*todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição*”.

A história das ideias políticas, desde as cidades-Estado gregas do

## ADPF 1084 / RS

século V a.C., revela claramente que a forma de organização política que veio a se chamar “democracia”, ou governo do povo, é a única capaz de jungir adequadamente os direitos fundamentais à liberdade e à igualdade, de sorte que o regime democrático é muito mais do que mera opção entre diversos regimes políticos possíveis. Democracia é, a rigor, sinônimo de civilização, o que não se concilia com a violência institucional representada nos atos de 8 de janeiro do presente ano. Patriotismo não se concilia com a anarquia. Esse dia 8 de janeiro de 2023 só admite uma categorização: o dia da infâmia.

Enquanto condição necessária da efetiva garantia de direitos fundamentais, a democracia se põe como pressuposto ético da atuação de todos os Poderes da República. Atuar, efetiva ou simbolicamente, contra o regime democrático é violentar a Constituição que lhe institui, é ceifar-lhe de morte. Obviamente, a discricionariedade legislativa de nenhum dos entes federativos pode alcançar o patamar ilógico de conferir a um Poder Legislativo municipal fazer apologia de atos considerados criminosos, máxime positivando-os em lei. Conforme a clássica lição de Alexandre Hamilton, os representantes do povo não podem atuar contra a Constituição, sob pena de se admitir que eles, na qualidade de representantes, se coloquem em posição de superioridade ao próprio povo (HAMILTON, Alexander. *The Constitution of United States of America and Selected Writings of the Founding Fathers, The Federalist n. LXXVIII*, Editora Barnes & Noble Inc, New York – 2012, p. 604).

Saliento, no ponto, que, para além da referida fundamentação de ordem principiológica, a Constituição traz preceitos claros no sentido da vedação da atuação de parlamentares contra o Estado de Direito e a ordem democrática na parte em que dispõe que os partidos políticos têm o dever de velar pela a soberania nacional, **o regime democrático** e os direitos fundamentais da sociedade (14, §3º, e do *caput* do art. 17 da CF). Se à luz da Constituição é inequívoco que não podem existir partidos políticos que se posicionem no cenário público em contradição a estes valores (entre os quais o regime democrático), por certo não podem fazê-

## ADPF 1084 / RS

lo seus filiados, detentores ou não de mandato eletivo (AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. *Inviolabilidade Parlamentar*, São Paulo: Quartier Latin, 2020, p. 286).

Forte nessas premissas básicas, tem-se, no caso *sub judice*, diploma legislativo que, sob a máscara do amor à pátria, exalta a atuação daqueles que notoriamente se colocaram em oposição aos valores constitucionais ao invadir e depredar as sedes dos três Poderes da República. Os infames atos do dia 8 de janeiro entraram para a história como símbolo de que a aversão à democracia produz violência e desperta pulsões contrárias à tolerância, gerando atos criminosos inimagináveis em um Estado de Direito. O dia 8 de janeiro não merece data comemorativa, mas antes repúdio constante, para que atitudes deste jaez não se repitam.

No que concerne ao *periculum in mora*, resta evidente sua presença no caso concreto, na medida em que a inclusão de data no calendário oficial do Município permite a adoção de medidas administrativas, inclusive onerosas, que visem à promoção da exaltação pública do evento a que faz referência, o que, obviamente, gera risco de dano irreparável à ordem democrática. O ato legislativo ora sindicado constitucionalmente revela um quadro sem retoques do que representam legisladores irresponsáveis.

*Ex positis*, com fundamento no art. 5º, §1º, da Lei nº 9.882/1999, **DEFIRO A MEDIDA CAUTELAR** requerida, a fim de suspender a eficácia da Lei Municipal nº 13.530/2023 do Município de Porto Alegre/RS, até ulterior manifestação do Plenário desta Suprema Corte, na forma regimental, no prazo de 48 horas.

Comunique-se imediatamente à Câmara Municipal de Porto Alegre/RS.

Publique-se.

Brasília, 28 de agosto de 2023.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

*Documento assinado digitalmente*